



Polícia Civil deflagra segunda fase da operação Tellus

Como desdobramento de uma investigação de suposto esquema criminoso de invasão, loteamento e venda ilegal de lotes de uma área pertencente ao Município de Belo Horizonte, localizada no bairro Jardim Vitória, a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) deflagrou, nesta terça-feira (12/1), a segunda fase da operação Tellus. Foram cumpridos três mandados de busca e apreensão contra suspeitos de integrarem o grupo, sendo dois na capital e outro em Santa Luzia, na Região Metropolitana.

Nesta etapa realizada hoje, os três alvos são suspeitos de serem os mentores intelectuais da associação criminosa. Entre eles, está um policial militar da ativa, inclusive o cumprimento do mandado foi acompanhado pela Corregedoria da corporação. Nos locais, as equipes apreenderam celulares, outros aparelhos digitais e diversos documentos, como contratos de compra e venda vinculados àquele terreno, que serão periciados. Integrantes da Guarda Municipal de Belo Horizonte (GMBH) também deram apoio na operação.

O trabalho de apuração começou em meados do ano passado, quando a Prefeitura de Belo Horizonte noticiou ao Departamento Estadual de Investigação de Crimes Contra o Meio Ambiente (Dema) que o terreno estava sendo alvo de invasões. “Recebida a notícia, iniciamos um trabalho de investigação estratégico, de inteligência e de mapeamento. A partir de então, conseguimos identificar um suposto grupo que estaria atuando de forma organizada na região dos fatos e praticando delitos”, informa o delegado Eduardo Vieira Figueiredo.

Ainda de acordo com o titular da Delegacia Especializada em Investigação de Crime Contra o Meio Ambiente, na primeira etapa da operação, realizada em 2 de dezembro de 2020, foram cumpridos mandado de prisão preventiva e de busca e apreensão contra um homem suspeito de ser “linha de frente do grupo”, responsável pela invasão e por conseguir os compradores dos lotes. “Auferida a vantagem ilícita, o valor era dividido entre os demais integrantes, que nós acreditamos e existem suspeitas de que eram como mentores intelectuais desse esquema criminoso”, explica Figueiredo.

Perfil das vítimas

Conforme os levantamentos da PCMG, dezenas de vítimas foram lesadas e até chegaram a construir barracões nos lotes. “Aproveitando-se da baixa escolaridade dessas pessoas, eles conseguiram ludibriá-las, fazendo parecer que os terrenos seriam legais ou viriam a ser legalizados. Está sendo demonstrado na investigação que elas agiam de boa-fé e foram enganadas”, observa o delegado.

As apurações indicam que os valores pagos pelos lotes variavam entre R\$ 15 mil e R\$ 20 mil. “Mas era o valor inicial de negociação, porque o que verificamos é que para eles, qualquer valor, ao final das contas, importava”, pontua Figueiredo. O delegado assinala que o terreno invadido se trata de uma área de preservação permanente (APP). “Isso quer dizer de proteção especial e que para qualquer intervenção no local precisa de autorização do órgão ambiental competente, e isso também não foi feito”, esclarece.

Cooperação

O delegado Eduardo Figueiredo destaca a cooperação da Administração Municipal para a apuração do caso e nas operações. “Quero aqui destacar a relevância da participação da Guarda Municipal e do setor administrativo da Prefeitura, que nos propiciaram informações cruciais para fazermos a definição e a materialidade delitiva dessas invasões de terrenos de domínio público”, conclui.

O inquérito policial investiga a prática de estelionato, associação criminosa e crimes contra a administração pública (referente a invasão, loteamento e venda de terreno público).

Clique [AQUI](#) para assistir ao vídeo.

Inscreva-se no nosso canal e ative as notificações para acompanhar as novidades e ser avisado assim que a nossa live começar.